

## CONCLUSÕES

Iniciamos constatando que o acelerado processo de desenvolvimento tecnológico da microeletrônica possibilita uma multiplicidade de aplicações e está revolucionando os meios de produção. Constatamos também que as aplicações da microeletrônica são mais visíveis nos bens de consumo e que não está suficientemente analisado e de forma crítica o efeito desse desenvolvimento tecnológico sobre as relações de produção. Essa distorção decorre, em parte, da maciça propaganda comercial que vem sendo feita pelos interesses econômicos dominantes e, em parte, pelo discurso profético de diversos autores que fazem a apologia acrítica da modernização tecnológica como Jean-Jacques Servan-Schriber, Alvin Töfler, Yonejii Massuda, entre outros. Os sistemas de comunicação estão sendo particular e profundamente afetados pela microeletrônica sendo necessário identificar os interesses de classe que envolvem a introdução das novas tecnologias.

A análise da história da radiodifusão no Brasil evidencia que a introdução das tecnologias avançadas de comunicação foi feita por pressão dos interesses econômicos dominantes, sem nenhum planejamento. O Estado limitou-se a institucionalizar a presença dominante dos grupos privados-comerciais. O traço marcante da história do Brasil no século XX é a dependência externa e a resposta que a sociedade deu à pressão das potências imperialistas reflete-se claramente no desenvolvimento da radiodifusão. De 1930 a 1945, o projeto, com muitas limitações, de desenvolvimento capitalista autônomo - de base urbana e industrial - conduzido por Getúlio Vargas, estimulou o desenvolvimento do rádio e lhe condicionou política e ideologicamente ao cumprimento de um

papel adequado a esse projeto. Com a queda de Getúlio Vargas, em 1945, e o enfraquecimento da aliança que sustentava esse projeto de capitalismo nacional, observa-se um progressivo processo de atrelamento aos interesses internacionais. A radiodifusão reflete essa tendência que se verifica nos planos político e econômico: os meios de comunicação de massa são utilizados tanto na luta política contra os setores populares e os segmentos da burguesia que defendiam um capitalismo autônomo, como também são instrumentalizados na ativação de mercado, num processo de "modernização" das relações capitalistas.

A instrumentalização política e econômica dos meios de comunicação de massa radicalizou-se após o golpe de 1964 que deu o controle do Estado a setores da burguesia financeira-industrial, multinacional e associada. Foi sob a égide desses setores que se implantou em 1965 a Rede Globo, financiada pelo grupo norte-americano Time-Life, executando-se planos que estavam formulados desde 1961. A operação desse grupo norte-americano no Brasil era apenas um capítulo de um amplo processo de penetração do capital estrangeiro na área da comunicação na América Latina. A implantação da Rede Globo foi marcada por todo tipo de ilegalidade e irregularidades que não constituíram obstáculos: os interesses econômicos dominantes atropelaram a base jurídica e procuraram readequá-la. O papel político e econômico que a Globo passou a cumprir correspondia exatamente aos interesses das frações de classe que conquistaram o Estado em 1964, o que explica a cobertura dada pelo Governo à forma irregular de implantação dessa empresa.

A criação da Rede Globo é particularmente importante porque esse grupo privado se constituiu no grande instrumento de estimu

lação do mercado nacional, gerado por um processo planejado de concentração de renda, para os bens de consumo produzidos pelas multinacionais que se instalam com todas as garantias do regime instaurado a partir de 1964. A Rede Globo é a primeira grande empresa que se organiza em bases empresariais capitalistas e, com o apoio político do Estado, encarna na área da comunicação, o predomínio do capital monopolista que se verifica em toda a economia brasileira. Pela sua importância econômica - em 1980 por exemplo, absorveu mais de 35% do total das verbas publicitárias aplicadas no Brasil - a Rede Globo condiciona todo o desenvolvimento dos meios de comunicação de massa. E foi responsável não só pela reciclagem administrativa e tecnológica que se deu na radiodifusão brasileira, como também impôs as bases da atual política de radiodifusão.

A inexistência de uma política formalizada de comunicação - e particularmente de uma política de radiodifusão - permitiu que a Rede Globo impusesse uma política ao País e, nesse processo, instrumentalizou o Ministério das Comunicações na sua legitimação e implementação. O acelerado desenvolvimento tecnológico que se verificou na década de 70, que revolucionou os meios de produção na área da comunicação, levou a Globo a pressionar para que essas novas tecnologias fossem e sejam submetidas à política de predomínio dos interesses privado-comerciais, adotada pelo Ministério das Comunicações.

O primeiro conflito na luta do capital monopolista pela modernização tecnológica se deu em torno da implantação do serviço de cabodifusão. Desde o início da década de 70, mal a Globo se estruturava em âmbito nacional, já se preocupava com o serviço de cabodifusão. Em 1974, o novo serviço estava prestes

a ser regulamentado, como resultado de um conluio de setores do Ministério das Comunicações, de empresas que buscavam monopolizar as redes (entre as quais incluía-se a Globo) e indústrias interessadas na produção de equipamentos. Uma mobilização política que denunciou essa aliança de interesses deflagrou contradições entre empresas da área, que se acirraram e levaram o Governo a recuar.

Na primeira grande ofensiva para implantação do serviço de cabodifusão alinhavam-se, portanto, os interesses de grupos privados que tinham como projeto controlar as redes, de produtores nacionais e internacionais de programas para essas redes e da indústria voltada para a produção de equipamentos. Em 1979, esses mesmos interesses se rearticularam e fizeram uma nova ofensiva que teve, como contrapartida, uma oposição política mais forte do que em 1974. A urgência e a importância, para esses grupos, da implantação do serviço de cabodifusão em 1979 devia-se a duas ordens de fatores: os prioritariamente econômicos e os prioritariamente políticos, que estão interligados, mas que tem especificidades.

Sob o aspecto econômico, ressaltavam os interesses das indústrias de telecomunicações que na época sofriam uma grave crise com a redução de investimentos estatais em telefonia e necessitavam de alternativas de mercado. Necessitavam, também, aproveitar as últimas oportunidades de implantação do serviço de cabodifusão com a tecnologia mais antiga e em fase de superação: a dos cabos coaxiais, que serão substituídos pelos cabos de fibra óptica e pela comunicação digital, com imensas vantagens.

Sob o aspecto político, ressaltavam os interesses dos grupos privado-comerciais da área de comunicação que pretendiam

controlar as redes de cabodifusão. Esse interesse político, o de conseguir o controle das redes, era estratégico: o que interessava prioritariamente naquele momento era estender à cabodifusão o caráter privado-comercial que foi consagrado na radiodifusão convencional. Por outro lado, o desenvolvimento tecnológico, no final da década de 70, já indicava claramente que o futuro das redes implicará na integração total dos serviços de radiodifusão, telecomunicações e informática, gerando o que se convencionou chamar de telemática. Ora, a telemática só pode se realizar integralmente apenas com redes de alta capacidade de transmissão, que a cabodifusão com cabos coaxiais proporciona e, mais recentemente, com as redes de altíssima capacidade de transmissão com os cabos de fibra óptica. Os interesses econômicos imediatos, que na época seriam satisfeitos com a entrega das redes de cabodifusão ao controle privado, eram irrelevantes ante o significado político dessa medida que daria ao setor privado-comercial o poder de condicionar o desenvolvimento das redes de telemática.

A impossibilidade política de implantar o serviço de cabodifusão em 1979, em virtude da oposição surgida, levou a mudanças na estratégia do Ministério das Comunicações e dos grupos econômicos, tanto da indústria eletrônica como da área de comunicação. Tudo indica que essa aliança de interesses está atualmente aceitando uma via mais "moderna" de desenvolvimento que é a entrega das redes físicas de cabodifusão ou mesmo de telemática a corporações públicas e a manutenção do controle privado apenas sobre os serviços. Isso não exclui a possibilidade de novas ofensivas dos grupos privados em busca do controle das redes, o que aumentaria ainda mais o poder desses grupos. Aparentemente há uma aceitação tácita de que é possível um desenvolvimento ime

diato com o Estado assumindo o investimento na infraestrutura das redes. E com isso desonerando o setor privado de grandes imobilizações de capital.

Tudo indica que, conforme essa nova estratégia, em primeiro lugar, deverão ser aproveitadas com a máxima urgência todas as oportunidades de modernização tecnológica possíveis que precedam as redes de telemática, para os grupos privado-comerciais irem conquistando espaço. Isso envolve, inclusive, o aproveitamento das potencialidades, ainda que limitadas, das redes de telefonia. Em segundo lugar, o Estado deve acelerar e bancar a implantação das redes de telemática. A implantação do Videotexto em São Paulo pela TELESF, com a "assessoria" do grupo BRASILINVEST que representa interesses do capital internacional; as pressões dos grupos privados pela imediata implantação dos serviços de Teletexto e de TV por Assinatura; e o início da fabricação de fibras ópticas, com tecnologia avançada desenvolvida pela TELEBRÁS, evidenciam a implementação dessa estratégia.

Esse processo de profunda reciclagem tecnológica dos sistemas de comunicação no Brasil não está mobilizando nem as categorias profissionais diretamente interessadas, que de certa forma estão atônitas, como toda sociedade, aparentemente fascinadas com a "modernização" do capitalismo brasileiro. Assim como toleraram a política de radiodifusão imposta pela Globo, que nunca sofreu nenhuma contestação relevante, as categorias profissionais e as classes populares estão aceitando - por desinformação, por falta de análise e de mobilização política - que uma profunda reciclagem tecnológica seja conduzida pelos interesses privado-comerciais dominantes. É, por isso, absolutamente imprescindível que essa avaliação dos fatos seja aprofundada e difundida e que se pressione a abertura

imediate de um debate sobre as alternativas adequadas aos interesses populares.

Um dado novo desse processo de reciclagem tecnológica são as posições nacionalistas que vêm sendo adotadas em relação à informática. Embora a ação dos setores que defendem uma política de informática voltada para a autonomia nacional ainda tenha uma orientação limitada, que não abrange todas as aplicações da microeletrônica, o debate e a mobilização gerados estão provocando contradições sérias no bloco de poder. Os setores militares, industriais e profissionais - intermediados pela Secretaria Especial de Informática - estão se contrapondo de forma cada vez mais frontal e ostensiva ao Ministério das Comunicações que conduz a linha de aplicação da microeletrônica da sua área de forma comprometida com o capital monopolista nacional e internacional. Nos últimos meses, há uma luta aberta entre a Secretaria Especial de Informática e o Ministério das Comunicações. Essas contradições favorecem o debate, que tem a oportunidade de ser aprofundado e ganhar amplitude política.

O momento, portanto, é de disputas internas no bloco de poder por definições da política industrial de microeletrônica e da política de comunicação que orientará a implantação das novas tecnologias. Por isso, é inadiável a mobilização das categorias profissionais envolvidas, das correntes operárias e populares e dos demais setores democráticos na identificação e defesa dos seus interesses.